

UMA INTRODUÇÃO À MORAL WEILIANA

AN INTRODUCTION TO MORAL OF ERIC WEIL

Renato Silva do Vale¹

Resumo: O presente artigo pretende expor considerações sobre o sentido da Moral segundo Eric Weil. Para isso tomamos como base as obras *Filosofia Moral* e *Filosofia Política*. Segundo o nosso autor, a Moral busca o seu sentido no próprio homem, tendo em si tudo o que constitui a humanidade do homem. O que ela deduz daí resume-se na afirmação de que não devemos nunca considerar um ser humano como objeto, como coisa manipulável e utilizável: devo respeitar nele a sua humanidade e tratá-lo como ser razoável (que age segundo a razão). A ação moral é ação do ser razoável que quer pôr-se de acordo consigo mesmo. A ação o homem moral é ação do homem que quer agir sobre si mesmo segundo a razão-liberdade, sendo ação no mundo e sobre o mundo.

Palavras-chave: Moral. Ação. Ser humano. Eric Weil.

Abstract: This article aims to expose considerations on the sense of morality according to Eric Weil. For this we take as basis the works *Moral Philosophy* and *Political Philosophy*. According to our author, the Moral seeks its meaning in man himself, having in itself all that is man's humanity. What she infers summed up in the statement that we should never consider a human being as an object, as something manageable and usable: I must respect his humanity and treat it as being reasonable (which acts according to reason). Moral action is action of the reasonable being that wants to put itself in accord with himself. The action of the moral man is the action of man who wants to act on himself according to reason-freedom, being action in the world and about the world.

Keywords: Moral. Action. Human being. Eric Weil.

* * *

A intenção filosófica de Weil

Éric Weil² ao escrever sua obra *Lógica da Filosofia*³ (1950), é motivado a desenvolver, quanto a sua estrutura dialética, uma lógica capaz de englobar os discursos

¹ Mestre em Filosofia Social e Política pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Membro do Grupo de Estudo *Um olhar interdisciplinar sobre a subjetividade humana* (UECE), com atuação na área de pesquisa Ética Fundamental e Filosofia Social e Política. E do Grupo de Estudo *Metafísica e Estética* (UECE), com atuação na Filosofia Renascentista. Bacharel em Teologia pelo Instituto Teológico e Pastoral do Ceará - ITEP. E-mail: renatodovaleuece@yahoo.fr

² Eric Weil nasceu em Mecklenburg, Parchim, atual República Democrática da Alemanha, em 8 de junho de 1904. Estudou medicina e filosofia nas Universidades de Hamburgo e Berlim. Em 1933 transferiu-se para a França e se tornou cidadão francês. Fez parte do Centre National de La Recherche Scientifique (1945-1956) e ensinou na École Pratique des Hautes Études até 1956, quando se transferiu para a Universidade de Lille. Em 1968 foi para Nice, onde morreu em 1977.

³ A *Lógica da Filosofia*, obra longa e técnica de 442 páginas, é um dos livros mais ricos e mais surpreendentes que apareceram no século XX. Ele foi um acontecimento, além de toda moda e de toda admiração. Se é verdade que seu autor goza hoje de um reconhecimento limitado, isso se deve, em grande

filosóficos, através de ser, de compreender, de falar e de agir. Weil, certamente, constrói seu pensamento, diante de um grande desafio da filosofia contemporânea: o de desenvolver todo o seu filosofar depois do último discurso imposto por Hegel⁴ à filosofia. Por isso, podemos afirmar que sua obra pode ser definida como uma nova leitura da filosofia, considerando a tradição, questionando todo o discurso antigo, não no sentido de negá-lo, mas de contribuir numa tentativa de superação de Immanuel Kant⁵ (1724-1804) e, posteriormente, Georg Wilhelm Friedrich Hegel⁶.

A *Lógica da Filosofia* é uma obra extensa, com uma introdução de oitenta e seis páginas, onde Weil já apresenta o conteúdo de seu livro. Sua intenção é compreender a multiplicidade de filosofias, onde cada filosofia constitui uma determinada coerência, mas o conjunto das filosofias não forma um todo coerente. Neste sentido, através da *Lógica da Filosofia* é possível analisar as diversas formas de linguagem e de ação, enquanto expressão do comportamento e enquanto forma de expressão escolhida pelo filósofo. Para Weil o filósofo é o indivíduo finito e razoável que objetiva compreender o infinito do discurso. “O filósofo conta com a crença em sua definição - pois ele é considerado o homem que formula o que todo mundo pensa, o porta-voz do senso comum, e ocupa assim uma função elevada na sociedade”.⁷ A *Lógica da Filosofia* é o sistema de Weil, sistema total no qual e sobre o qual se fundam a *Filosofia Moral* e a *Filosofia Política*. Seus discursos são fundados sobre as categorias filosóficas da Consciência e da Ação, tematizadas no seio do sistema. Daí resulta que a *Lógica da Filosofia* é o sistema que reflete até os seus próprios fundamentos, ou seja, a escolha do

parte, aos preconceitos de nosso tempo. Algumas leituras apressadas identificaram Eric Weil como um neo-hegeliano. Cf. ROBINET, J-F. *O tempo do pensamento*, p. 277.

⁴Éric Weil aceitou seguir Hegel até o fim e, para ser-lhe fiel, foi conduzido a superá-lo. Neste sentido, definindo-se como pós-hegeliano, Weil é autenticamente hegeliano posto que, como ele mesmo diz: “Ninguém mais do que Hegel levou a sério a história, e quem renega cento e cinquenta anos de história querendo ser fiel a Hegel, renega àquele que pensa venerar” (EC I, 141). Eis por que pode-se dizer que compreender a filosofia de Weil é compreender a sua compreensão e a sua crítica a Hegel [...]. A sua fidelidade a Hegel o leva a repensá-lo; e isso, para Weil, segundo o espírito hegeliano, consiste em assumir a vontade hegeliana de constituir a filosofia em saber absoluto, para refutá-la em seguida se isso for necessário (DEC, 103). PERINE, M. *Filosofia e Violência. Sentido e intenção da Filosofia de Éric Weil*, pp. 18-19.

⁵Em Kant podemos destacar a questão da centralidade antropológica, sobretudo a questão da moral e do dever. A moral das obrigações e o dever de ser feliz. “Como já Platão com a sua alegoria da caverna, assim também Kant afrontou a questão fundamental, a questão do fundamento. O homem como ser cognoscente não sai nunca do finito, mas enquanto vontade razoável, razão que quer, vontade que quer ser razão, alcança o infinito, aquilo que não conhece exterioridade nem limite; um infinito que ele pensa e que, por isso mesmo, ele não conhece como conhece o dado, o sensível, o finito. Esse ser finito no finito se pensa de verdade e, assim, no infinito, mas de uma infinitude que ele não pode preencher. Cf. PERINE, M. *Filosofia e Violência. Sentido e intenção da Filosofia de Éric Weil*, p. 20.

⁶ SOARES, M. C. *O filósofo e o Político*, p. 13.

⁷ SOARES, M. C. *O filósofo e o Político*, p. 19.

discurso ou a recusa da violência, provando que ela não pode impedir a ninguém de fazer a sua própria escolha. A compreensão do homem, nesse sistema, se dá a partir da visão como um ser que é apenas razoável, que pode escolher a razão, que é liberdade em vista da razão ou da violência.

Violência e filosofia são tão intimamente relacionadas que não se compreende uma senão pela outra, e elas estão de tal modo implicadas na existência humana que não se compreende sem elas. De fato, enquanto ser natural, o homem é violento, mas este ser violento *se compreende* e, por este mesmo fato, ele não é pura violência (PERINE, 1987, p. 136).

“A filosofia quer ser uma interrogação sobre o sentido tanto na sua afirmação como na sua negação. Todo ato humano tem lugar na filosofia, mas nem todos são racionais, porém deve ser compreensíveis, já que todos são interessantes”⁸. Weil, ao inovar apresentando seu sistema, pretende realizar uma retomada de toda a história da filosofia, contribuindo para um melhor entendimento da contemporaneidade, visando fundamentar a construção de uma ação sensata, destacando que o homem não é somente ser racional, mas ser, também, violento e de paixões. É a partir do homem que acontece o embate entre Filosofia e Violência⁹, explicitado pela relação entre categorias¹⁰ e atitudes¹¹. A *Filosofia Política* e *Filosofia Moral* estão organicamente ligadas com a

⁸SOARES, M. C. *A Lógica como Diálogo*. Porto Alegre: Revista Veritas, v. 43, n° 4, dezembro 1998, p. 1082.

⁹O que é a violência? Eric Weil nos dá uma nova maneira de explicar. A forma mais espetacular da violência, o enfrentamento que leva os homens a combates sangrentos, não é talvez a forma mais compreensiva e mais profunda. De modo mais geral, Eric Weil inscreve na atitude da violência todo homem que não procura justificar sua vida e seu falar diante do tribunal da razão, e que se contenta com a expressão imediata de seu sentimento ou com a afirmação racional de seu dogmatismo. A filosofia, por sua vontade de compreensão e de coerência, separa-se para sempre de uma matéria que a excede: a vida e sua violência praticada ou suportada. Se a filosofia se esquece desse enraizamento no mundo da vida, ela não se compreende mais, mas se interpreta como ciência do ser (de Platão a Hegel), pensando que assim pode impor-se a todos. Isso significa cometer dois erros. De um lado, a filosofia não pertence ao domínio da verdade objetiva. Do outro, a verdade objetiva da ciência não se impõe àquele que não se mantém na coerência; em outras palavras, a verdade objetiva repousa numa escolha livre. Weil define a filosofia como o empreendimento de todo homem que em seu mundo procura orientar-se, procura o sentido (mais que a verdade) que se opõe à violência. ROBINET, J-F. *O tempo do pensamento*, p. 279.

¹⁰Categoria deve ser entendida aqui como o conceito sob o qual se organiza e ganha sentido tudo aquilo que os homens fazem sob uma determinada atitude. Ela é, pois, a categoria de uma atitude pura e irredutível, cuja pureza e irredutibilidade lhe vêm do discurso que ela produz. Categoria deve ser, portanto, entendida aqui como categoria filosófica, categoria do discurso e não como categoria metafísica. É a categoria que determina a pureza e a irredutibilidade da atitude, mas é a atitude que produz a categoria. Historicamente posterior à atitude, a categoria tem a primazia para a filosofia, e é somente o conjunto das categorias que permite a compreensão do homem, que permite ao homem se compreender, isto é, que permite a ideia de uma lógica da filosofia como “sucessão dos discursos coerentes do homem (LP 72), discursos nos quais ele compreendeu as suas realizações e se compreendeu nas suas realizações. PERINE, M. *Filosofia e Violência. Sentido e intenção da Filosofia de Eric Weil*, pp. 137-138.

¹¹A atitude é a vida mesma do homem: ele vive *na* sua atitude, ele vive *a* atitude. A atitude, ordinariamente, não se pensa porque tudo lhe é natural, mas ela pode ser pensada pelo homem que quer

Lógica da Filosofia, o que não impede o estudo isolado de cada uma delas, desde que tenhamos uma compreensão do papel de cada parte perante o todo.

Segundo Perine, “a ideia de uma *Lógica da Filosofia* traduz aquela tarefa que Kant, segundo Weil, atribuiu essencialmente ao filósofo, posto que ela diz respeito ao que mais importa ao homem na vida: a busca do sentido, que não é e não pode ser senão a subida difícil, laboriosa, lenta na direção dos fundamentos do discurso do homem agente (PK 106). Essa tarefa incumbe essencialmente ao filósofo porque, tendo escolhido a compreensão, ele carrega a inquietação daquele que quer compreender até a sua própria compreensão”¹². Portanto, quando o homem, tomando consciência de sua atitude, embora “estas atitudes não sejam necessariamente conscientes”¹³, pratica um ato revolucionário na medida em que agora a compreende e a domina. As atitudes humanas são compreensíveis, mesmo que nem todas tenham a mesma relevância para o discurso. O homem em todas as atitudes que vem a realizar, responsáveis ou irresponsáveis, apresenta sempre um lado compreensivo para aqueles que têm pré-disposição para compreender. Na *Lógica da Filosofia* Weil, também, se pergunta pelo que é o homem; ele mesmo o responde:

Ele não é o animal dotado de linguagem razoável, dotado no sentido em que é dotado de mãos ou da estação vertical; tampouco é artesão e fabricante, no sentido em que a abelha o é; se ele é ele próprio, ele é razão, não apenas razoável, mas razão encadeada num corpo de animal, corpo indigente, corpo que tem necessidade, tendências cegas, paixões. Seu trabalho verdadeiramente humano consiste na transformação desse ser composto, no intuito reduzir, tanto quanto possível, a parte que não é razoável, a fim de que, por inteiro, ele seja razão (WEIL, 2012, p. 22).

Portanto, “a dualidade atitude-categoria nos faz compreender alguma coisa de essencial no que concerne à relação entre filosofia e existência, nos faz compreender de que modo a filosofia se torna presente na história. Elevando a vida irrefletida à sua reflexão, a filosofia transforma o mundo e abre para uma nova possibilidade de estar no mundo, porque o ser humano que a compreende não é mais o mesmo que aquele que

compreender o que ele vive: o homem pode captar a sua atitude no seu discurso. Isto fazendo, porém, ele realiza um ato revolucionário. [...] O homem pode se manter sempre numa atitude que lhe parece natural, sem querer compreender o que ele vive. Mas ele pode também se compreender no discurso, num discurso que capte aquilo que, para uma determinada atitude, é o seu essencial. Os discursos dos homens são compreendidos com relação ao que se pode chamar de atitudes *puras* ou *irredutíveis*, aquelas que captam “o essencial do seu mundo como conceito” (LP 71). Esse conceito recebe aqui o nome de categoria. PERINE, M. *Filosofia e Violência. Sentido e intenção da Filosofia de Éric Weil*, p. 137.

¹² PERINE, M. *Filosofia e Violência. Sentido e intenção da Filosofia de Éric Weil*, p. 136.

¹³ LP, p. 70.

vive sem refletir em sua compreensão. A filosofia, pois, elevando a atitude à compreensão, dá à negatividade um objeto disponível que ela pode, também, recusar.”¹⁴

O conceito de Moral

Moral diz respeito ao *mor*, *moris* que traduz o grego *tá ethika*. O termo *Moral* designa, tanto em latim como em grego, aquilo que se refere aos costumes, ao caráter, às atitudes humanas em geral e, em particular, às regras de conduta. *Moral* pode ser definida também como um conjunto de regras que são seguidas no interior dos grupos humanos. Tais regras, verdadeiro sistema moral das comunidades, não vêm a constituir problemas para os grupos humanos, porque, segundo Weil, “o homem é capaz de observar regras morais, sendo ao mesmo tempo imoral, isto é, um ser que tem necessidade, que exprime a necessidade de uma regra se opõe a este como algo ao qual ele pode se submeter ou não”.¹⁵

O ponto de partida da reflexão weiliana é a moral concreta pois o homem possui a consciência de que é mau, mas sabe também, que é bom. Portanto, só um ser que tem consciência do bem pode possuir a consciência do mal. Nesse sentido, o homem é um ser moral porque é capaz de separar “o lícito do ilícito, o que deve e o que não deve fazer, e se interdita e se prescreve certos atos, comportamentos, atitudes, ele julga, aprova e condena”.¹⁶

A vida moral só é possível ser realizada numa comunidade, à medida que é capaz de revelar essa moral concreta. O homem, enquanto ser moral se encontra provido de regras e não é possível viver num estado total de ausência de regras. Porém, o homem ao mesmo tempo que não vive sem as regras, é capaz de transgredi-las, pois “só o homem segue regras, porque só o homem pode não segui-las e, de fato, muito frequentemente não as segue. É enquanto ser violento que ele é moral, enquanto transgressor que ele tem consciência das regras”.¹⁷ O ato moral visa sempre à universalidade em sua concretude procurando ser efetivado numa comunidade concreta e, por isso mesmo, torna-se um ato político. É a partir da moral que cada um tem consciência do seu lugar na comunidade na qual vive. Cada um é revestido de um papel

¹⁴ ROBINET, J. F. *O tempo do pensamento*, p. 280.

¹⁵ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 17.

¹⁶ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p.21.

¹⁷ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 21.

porque todos são igualmente necessários para a vida da comunidade e cada um encontra aí sua dignidade.

Uma filosofia moral nasce a partir da reflexão sobre as morais vigentes. E sua base está no homem que age (homem agente) com o intuito de que ela seja válida, “apta para dirigir sua ação de modo não arbitrário para uma felicidade determinada não arbitrariamente que pretende ser universal”¹⁸. A moral é verdadeira e sua origem se baseia unicamente na liberdade, presente como vontade de razão e universalidade. A moral só existe e se realiza no plano da política, e a política torna-se problema somente para o ser moral. Contudo, o mais decisivo nessa relação é a questão do sentido, que em linguagem política seria o fim da ação, fim para a política, fim também para a moral. O ser humano é, por excelência, dotado de um sentido moral, afirmação decorrente da evidência da tese que sustenta que o ser humano é capaz de moralidade.

A moral afirma, pois, que todo homem tem em si tudo o que constitui a humanidade do homem. Na verdade, é assim que ela define o homem. O que ela deduz daí resume-se na afirmação de que não devo nunca considerar um ser humano como objeto, como coisa manipulável e utilizável; devo respeitar nele a humanidade, tratá-lo como ser razoável. Mas a regra, na medida em que é negativa no mais alto grau, não indica nada sobre o que devo fazer positivamente; pois o positivo está totalmente do lado do empírico: eu não posso deduzir da regra o modo de agir para respeitar no outro sua liberdade. O homem moral é só, para si, e tudo que ele sabe de suas obrigações para com o outro é que ele não tem o direito de impedir o seu próximo de ser para si e igualmente só, um eu que deve submeter-se à liberdade pela liberdade nele (WEIL, 1990, p. 34).

Weil inicia a exposição política através da moral, justamente porque o questionamento da ação humana está aqui situado e, conseqüentemente, o sentido da ação. O lugar da moral na política é definido por Weil: é o campo da questão pelo sentido da ação, já que se impõe no plano da universalidade. O homem começou a agir antes de se pôr a refletir sobre suas ações, e aqui se dá a prioridade da política. Devemos ter consciência de que a política ocupa todo o centro dinâmico da nossa civilização, ultrapassando os limites da particularidade e alcançando a universalização. Eric Weil toma como pressuposto e orientação, primeiramente, a reflexão clássica e observa o distanciamento que existe entre razão técnica (instrumentalista) na pós-modernidade e razão ética.

¹⁸ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 34.

A moral do indivíduo, não é somente do indivíduo particularmente, mas é, ao mesmo tempo, uma moral histórica. Suas ações desencadeiam consequências sobre o outro e sobre o grupo. Para Weil, o indivíduo encontra-se dividido:

De um lado, ele pertence à sua comunidade, e sabe que a vida humana só é possível no interior da comunidade. É ela que fornece o que lhe é necessário, não só para sua existência biológica, mas também para sua vida moral e intelectual; fora de toda comunidade, ser-lhe-ia possível, rigorosamente falando, sobreviver, mas não viver como homem: mesmo a pior das comunidades dá ao indivíduo a possibilidade (e a realidade) do discurso, da educação, da consciência de si – e onde nada existe, nada pode ser melhorado. Porém, mesmo prestando-lhe este serviço essencial no sentido mais próprio do termo, mesmo sendo o que faz dele um ser humano, sua comunidade o descontenta e o torna insatisfeito, precisamente porque ela lhe transmite o ideal da satisfação, da vida sensata (WEIL, 2011, pp. 36-37).

Assim sendo, “o indivíduo, consciente de ser membro de uma comunidade, e sob a influência da moral que o formou opõe-se assim a si mesmo na medida em que duvida dessa moral. Ele busca a moral e a satisfação”¹⁹. Dividido entre o bem e o mal, fato que constitui para ele o problema moral, o indivíduo desamparado pela moral de sua comunidade sente necessidades, fato que constitui para ele o problema da moral. O ser humano, esse ser indigente cujos desejos ultrapassam suas possibilidades naturais, busca o contentamento porque, ao contrário dos animais, tem consciência das suas necessidades. Na medida em que quer mais do que a sua natureza empírica pode oferecer, o homem se descobre como liberdade, como vontade de universalidade. Para Weil, “a filosofia moral nasce quando o homem, recusando a escolha, sempre possível, do absurdo e do silêncio, compreende a que ele se obriga por essa recusa – e ela pode tornar-se incompreensível para si mesma, se ela esquecesse essa origem”²⁰.

Portanto, na medida em que o homem se descobre capaz de ser moral, ele tem consciência de que precisa estar inserido numa comunidade e cumprir leis e regras que o levarão a uma vivência harmoniosa. O que o homem espera da moral é a unificação interior, a decisão do conflito entre o bem e o mal, a garantia de uma vida boa, numa palavra: o contentamento. “O que busca o indivíduo moral (descobrir a moral que o torne verdadeiramente moral) é a satisfação, o apaziguamento da sua inquietude sobre o sentido da vida, a reconciliação interior que suprima o conflito e a divisão – em uma palavra, a felicidade”²¹.

¹⁹ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 37.

²⁰ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 38.

²¹ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 42.

Para Weil, a moral supera a política, repensando-a e levantando problemáticas a seu respeito. Ele inicia a política pela moral e só por esse campo, uma vez que aqui está o questionamento sobre o sentido da ação e, por isso, uma exposição filosófica da política tem aqui seu ponto de partida. O lugar da moral na política já foi determinado: é o campo da questão pelo sentido da ação uma vez que inquire sobre o sentido no plano da universalidade. Seja como for, a moral, pelo direito natural e pela educação, enquanto ocupada pelas relações humanas e fruto da razão prática, põe o indivíduo no horizonte da universalidade e daí faz uma avaliação da política.

O que marca o indivíduo moral é o acordo consigo mesmo. Esse acordo diz respeito à vontade e à razão. Para Weil “a moral afirma, pois, que todo homem tem em si tudo o que constitui a humanidade do homem. Na verdade, é assim que ela define o homem. O que ela deduz daí resume-se na afirmação de que não devo nunca considerar um ser humano como objeto, como coisa manipulável e utilizável; devo respeitar nele a humanidade, tratá-lo como ser razoável”²².

A origem da moral se encontra na liberdade, presente como vontade de razão e universalidade. Segundo Weil, o homem pode optar pela moral (assim como pode optar pela razão e pela filosofia) e essa opção é totalmente livre. Optando pela moral o princípio da vontade razoável está fundado. Outrossim, a moral dá origem à concepção de um direito universal, de um direito natural isto é, aquele direito que ao qual o filósofo se submete, mesmo que o direito positivo não o obrigue a isso. A reflexão moral deverá ocupar-se das relações reais dos homens entre si, expressas na forma universal pelo direito positivo. Sem renunciar a sua autonomia, a reflexão moral aprendeu que somente se compreende, enquanto real, como crítica viva de uma moral viva, exercida em seu interior.

O homem que visa ser moral deve realizar o bem neste mundo, aceitando as condições da ação positiva. A ação sobre si mesma se faz necessária, pois basta não somente a moral para que o indivíduo torne-se efetivamente moral. A efetivação da moral se dá através da educação, educação sobre si mesmo para superar a violência. Não é a violência da natureza exterior nem a de outros indivíduos, mas a violência que seu eu empírico impõe a seu eu razoável. A educação inicial tem a função de libertar o homem da paixão que sofre por parte de si mesmo.

²² WEIL, E. *Filosofia Política*, p. 34.

Numa palavra, para Weil, é a moral que dá à consciência de que a ação humana deve ser uma ação sobre o outro e sobre o grupo, visando a felicidade do homem, ser finito e razoável, tornando essa ação universal, pois “é essa vontade de universalidade do homem, contudo sempre finito e particular, que constitui a natureza do homem aos olhos do pensamento moral”²³.

O conteúdo da moral

Sabendo que a moral filosófica e a filosofia moral não podem ficar indiferentes à vida moral, nem em manter relações com ela, o indivíduo se descobre que é orientado pela moral existente em sua comunidade, moral essa que obedece ao princípio da universalidade, pois “quando a filosofia se volta para a moral concreta, não é para buscar como determinada moral impõe regra a determinado problema [...], é para perguntar o que é um problema moral, como ele se põe e como ele é resolvido, qualquer que seja a moral”²⁴.

Para Weil, “o dever constitui a única categoria fundamental da moral”²⁵. Para o homem moral, o dever existe sob a forma dos deveres. A consciência do dever se dá a partir da e “nas relações com o outro e consigo mesmo, tratado e considerado como outro”²⁶. O homem que quer ser moral e feliz, enquanto moral, não pode esperar que um estado de coisas morais como esse exista: é aqui e agora que se joga a sua sorte, não será no final desse período de decomposição moral e de dúvida que o lançou sobre si mesmo.

O dever é apresentado como duplo dever: “dever de fazer, dever de não fazer, deveres positivos e negativos”²⁷. O homem que põe para si mesmo a questão da moral ou, como ele diz, da verdadeira moral, não pode não reconhecer, se quer permanecer coerente, que não pode pô-la para outro indivíduo concreto: ele a põe universalmente, mas não a impõe para os que não a põem para si mesmos. Ele deseja que todo homem seja moral, sabe que está obrigado a fazer todo o possível para que cada um o seja, pois

²³ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 49.

²⁴ WEIL, F. *Filosofia Moral*, p. 108.

²⁵ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 109.

²⁶ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 110.

²⁷ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 114.

“a vida moral não constitui o todo da vida humana, mas sem ela não existe vida humana propriamente dita”.²⁸

É certo que enquanto ser moral, isto é, universal, o homem não deve buscar a sua felicidade, e não tem necessidade disso, mas é igualmente certo que o ser razoável e finito, o composto de universal e individual, tem necessidades de um estímulo. O indivíduo tem a pretensão de ser razoável, pois “o dever para consigo mesmo se determina como dever de ser feliz enquanto ser razoável”.²⁹ O conteúdo da moral está no “dever para consigo mesmo, se cumpre no ato da vontade que pretende ser razoável, isto é, livre (razoavelmente, na razão e pela razão)”³⁰.

O dever para com o outro repousa sobre o dever para consigo mesmo, de tal modo que este só se torna real naquele: a felicidade do ser razoável consiste no legítimo de si mesmo, na consciência da vitória conseguida pela razão em mim sobre mim mesmo como ser determinado, vitória que só pode ocorrer no campo em que se dá o combate, o do conflito das necessidades dos desejos de seres finitos. A felicidade do ser razoável só se realiza, o dever para consigo mesmo só se torna concreto no cumprimento dos deveres do ser razoável para com outros seres humanos, igualmente finitos e razoáveis (WEIL, 2011, p. 143).

Os deveres para com o outro decorrem do dever fundamental de justiça, primeiro e fundamento de todos os deveres para com o outro. O indivíduo toma seu ponto de partida do finito, e é no finito que introduz essa exigência de universal, embora inconsciente. Como ser condicionado, age e pensa, mas esse agir é sempre atividade de um ser finito. Inserido numa comunidade, o indivíduo deve cumprir as regras que ela o exige. O dever exercido para comigo mesmo, que visa a minha felicidade “consiste em fazer meu dever para com todos os homens, pois é só em contato com eles que a questão do dever para comigo mesmo pode se pôr para mim, porque é só nesse contato que efetua a separação primeira entre o arbitrário e o universal”³¹.

Exercendo a justiça, primeiro de todos os deveres para com o outro, surge “o dever da prudência moral, resumo de todos os deveres fundados na justiça e que determina a maneira de sua realização na comunidade”.³² Para Weil, a prudência é a virtude que é capaz de levar à perfeição todas as outras virtudes.

²⁸ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 115.

²⁹ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 131.

³⁰ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 140.

³¹ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 151.

³² WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 159.

É pela prudência que as implicações formais da exigência de universalidade são desenvolvidas, no mais elevado grau de concretude que possa esperar a reflexão moral. É nela que se subsumem todos os problemas concretos que se põem ao ser moral se ele recusa a negação do mundo e a pureza vazia, se ele quer agir moralmente e, no seio de uma moral concreta, quer ser moral (WEIL, 20122, p. 161).

Para Weil, a prudência é a sabedoria prática que é responsável pelo sucesso dos empreendimentos do indivíduo moral. Ela é, na verdade, um dever. O dever que a prudência define é “o de se conhecer e de conhecer o mundo: é do modo como se é que se age no mundo tal como ele é”³³. A moral é o caminho que eleva o homem que quer ser universal e a política é quem fornece as condições ao homem que quer ser moral, bem como para o discurso moral. A passagem da moral formal à universalidade concreta se fará, primeiramente, por duas mediações transitórias: a ideia de direito natural³⁴ e a educação, que constituem os fundamentos da moral. A ideia de direito natural tem como fundamento o princípio da igualdade, seja a igualdade dos seres razoáveis, seja a igualdade diante da lei: o direito positivo. A educação³⁵, por sua vez, diz respeito diretamente à comunidade concreta. Enquanto a moral age condenando as paixões, os vícios, a educação corrige-os, orientando-os para um bem maior. O filósofo deve inserir o direito natural não mais apenas numa lei civil, mas nos costumes concretos da comunidade. O filósofo é um homem razoável que deve respeitar as leis que a comunidade impõe. Seu objetivo será sempre o de favorecer a progressiva efetivação do reino dos fins no mundo. O filósofo, enquanto pensador moral pode desviar-se do mundo e da ação.

³³ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 167.

³⁴ Chama-se de direito natural aquele ao qual o filósofo, submete-se, mesmo sem ser obrigado a isso pelo direito positivo: ele quer agir, a fim de contribuir para a realização do universal razoável, da razão universal. Ele tratará como seres razoáveis e, portanto, iguais todos com os quais se relaciona. Nesse sentido, aquele a quem o direito positivo qualifica de escravo é o igual do cidadão livre; o imperador espera da filosofia o mesmo socorro que o homem carente, sofredor e oprimido; o dever diante do fraco, incapaz de exigir o que lhe é devido, é o mesmo diante de quem possui a força para vingar-se da menor afronta: se uma diferença existe entre eles, é que o infeliz conhece sua situação melhor que o grande e, nesse sentido, é superior a ele. O filósofo moral, a partir do momento em que compreendeu que deve agir e que age, mesmo que tente abster-se de qualquer ação, se quer que a moral reine neste mundo, busca uma regra de conduta no mundo e para o mundo. Ele considera-se como igual a todos os homens, todos os homens como iguais a si e entre si. A lei da comunidade é moralmente válida porquanto não entra em contradição com este princípio. WEIL, E. *Filosofia Política*, pp. 43-44.

³⁵ A tarefa da educação consiste em desenvolver no indivíduo a capacidade de compreender o que lhe diz respeito enquanto membro de uma comunidade humana (enquanto objetivamente “universalizado”), capacidade não só de fazer e dizer o que dele se exige, mas de compreender porque isto é exigido e, se for o caso, porque aquilo que efetivamente se exige, não é exigível, seja por não se justificar tecnicamente, seja, por mostrar-se injusto, sendo dirigido ao indivíduo isolado, não a todo homem que desempenhe o mesmo papel no universal concreto da comunidade (sendo, portanto, exigência violenta). WEIL, E. *Filosofia Política*, p. 71.

A tarefa da filosofia

A tarefa essencial do filósofo no nível da educação pode ser resumida na máxima: vencer a paixão dos homens e conduzi-los à universalidade da razão. Nesse sentido, a tarefa que é confiada ao homem moral está “em educar os homens para que se submetam espontaneamente à lei universal”³⁶. Porém, nessa tarefa o homem se depara com um obstáculo: ele próprio e se servirá dos meios que o mundo empírico lhe proporciona, pois “trata-se de vencer a paixão dos homens no plano da paixão, com os meios que são próprios da paixão”³⁷, já que “o mundo da moral é, pois, o mundo dos homens, seres finitos, necessitados, passionais, razoáveis porque exposto à violência exterior da natureza e da necessidade, à violência interior do caráter, do temperamento, do arbítrio individual”³⁸. A tarefa da filosofia é bem clara: “é entender o mundo em vista da realização da liberdade razoável”³⁹. Para isso, o homem tem na educação uma forte aliada.

O indivíduo deve, pois, ser educado para o interesse universal concreto. Se, em todas as suas ações e discursos, buscar desempenhar seu papel social da melhor maneira possível, a educação será a vitória do homem sobre os instintos. O animal, por sua vez, não tem opção, já que é um ser acabado e determinado. Por outro lado, a educação do indivíduo é uma domesticação cujo fim último é fazer do educando um educador⁴⁰.

O filósofo, educador por excelência, conta com a educação que pretende libertar o homem da violência, isto é, busca levar o indivíduo a considerar a universalidade, de maneira a viver na sociedade harmoniosamente. A tarefa do filósofo-educador será

³⁶ WEIL, E. *Filosofia Política*, pp. 57-58.

³⁷ WEIL, E. *Filosofia Política*, p. 58.

³⁸ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 184.

³⁹ WEIL, E. *Filosofia Política*, p. 76.

⁴⁰ Só o educador que não esquece que a educação está fundada na moral da reflexão é capaz de ver o seu próprio lugar no mundo dos homens. Contudo, nada é mais facilmente esquecido. Encontra-se por toda parte o educador inconsciente, o pedante que transmite um saber morto, ou o instrutor que inculca aptidões e atitudes parciais e particulares. São homens dessa espécie que deram má fé à educação e à tarefa de educador. Existe, com efeito, uma maneira cômoda de domesticar o animal no homem: basta fixá-lo na sua animalidade (formada, vale dizer, deformada, pois trata-se de animalidade). É igualmente cômodo fazer jorrar para a cabeça das crianças e adultos uma massa de saber inerte, renunciando a levá-los ao pensamento e a pensar. Isso não quer dizer que a domesticação e a instrução sejam sem valor. Mas elas são, no máximo, condições da verdadeira educação, extremamente difícil de ser praticada, essa educação que quer conduzir a humanidade animal, pela animalidade no homem, à razão e à liberdade razoável (pleonismo, mas que não parece supérfluo), educação, portanto, que pretende formar homens capazes de decidir agir razoavelmente no seu lugar no mundo, vale dizer, segundo as exigências do universal na situação concreta, sabendo o que fazem e porque o fazem. O seu ideal não consistirá em serem originais a qualquer preço, pois isso significa, na maioria dos casos, ser falso, e dizer que dois mais dois são quatro não é nada original. Cf. WEIL, E. *Filosofia Política*, pp.70-71.

desvelar as estruturas do mundo em vista da realização da liberdade razoável. A educação forma, integralmente, o cidadão e o ajuda na luta contra a violência. A questão da educação levanta um problema: o governo⁴¹, sendo educador, é obrigado a julgar a moral da comunidade. Educar não se trata de que o Estado seja possuidor de um saber que viria a ser imposto ao cidadão. Mas exatamente o contrário: educar é, unicamente, conduzir o sentimento da relatividade dos sentidos concretos à vontade de compreender e de se compreender.

O objetivo da educação é dar ao indivíduo uma atitude correta em suas relações com os outros membros da comunidade. É a retidão no modo de agir e na atitude prática que decide o valor do indivíduo e da educação que recebeu. Na verdade, são os nossos atos, nossos discursos, nossas palavras que contam na história dos homens. Nesse sentido, podemos dizer que nossos atos, nossas palavras muitas vezes refletem nossas intenções, mas os atos é que são verdadeiros ou falsos, o que independe de nossa intenção. Só podemos julgar o homem enquanto ação. A educação quer conduzir o indivíduo a uma reflexão moral pessoal sob a autoridade exclusiva da razão. Se o indivíduo é educado, a ação não será um problema moral a ser resolvido para sua reflexão.

A instrução, por sua vez, está a serviço da educação, mas é englobada pela educação, já que esta concerne a uma articulação das várias dimensões do ser humano. A instrução, enquanto operação cognitiva é apenas uma dimensão. A instrução tem seu valor, é uma necessidade, e não constitui um problema. Para Weil, a instrução é algo positivo e ele diferencia a educação da instrução, já que esta última está ligada à técnica, à racionalidade, à transmissão de conhecimento, ou seja, “a instrução fornece conhecimentos úteis ao homem, para que ele possa participar do trabalho social, para que ele possa adquirir um lugar dentro da estrutura da sociedade em que ele vive”⁴², ou seja, a instrução é de suma importância para todo aquele que participa do social. Para Weil, é importante distinguirmos entre educação e instrução: a instrução enquanto tal possui um notável valor educativo. É pela instrução que o indivíduo aprende, facilmente, como suas paixões, seus desejos, suas preferências são transitórias, quando o que está em jogo é o que é verdadeiro. O valor da instrução não consiste na posse de

⁴¹A tarefa do governo é manter a unidade e a coesão internas (sem as quais a independência seria impossível). Sendo, através da administração, o organizador da sociedade, ele realizará uma das suas condições necessárias satisfazendo os desejos sociais (materiais, econômicos) de todos os cidadãos e fazendo com que todos sejam cidadãos, não por estar convencido de que assim tudo está feito, mas por compreender que sem isso nada é factível”. Cf. WEIL, E. *Filosofia Política*, p. 243.

⁴² SOARES, M. C. *O Filósofo e o Político*, p. 107.

conhecimentos úteis, mas em submeter o caráter à objetividade e à universalidade do juízo. Assim, “a instrução está a serviço da educação e esta não pode nunca ser a serva daquela”⁴³. A educação, por sua vez visa à aptidão do indivíduo para agir, eticamente, na comunidade histórica.

A tarefa da educação consiste em desenvolver no indivíduo a capacidade de compreender o que lhe diz respeito enquanto membro de uma comunidade humana, capacidade não só de fazer e dizer o que dele se exige, mas de compreender porque isto é exigido e, se for o caso, porque aquilo que efetivamente se exige, não é exigível, seja por não se justificar tecnicamente, seja por mostrar-se injusto, sendo dirigido ao indivíduo isolado, mas não a todo homem que desempenhe o mesmo papel no universal concreto da comunidade (WEIL, 1990, p. 71).

Para Weil, o fato é que o homem moral tem um interesse no mundo porque ele decidiu viver e agir no mundo. Entretanto, o ser moral não poderia reconhecer o valor e a validade de um interesse simplesmente dado pela simples razão de que é o seu. Seu interesse, enquanto ser moral deve ser interesse de todo homem enquanto ser razoável. Segundo Weil, “é do interesse da moral pura que todo mundo viva segundo a moral concreta”⁴⁴. Essa sociedade governada pela categoria da Condição, segundo a linguagem de Weil, e conforme descrita pelas ciências sociais teóricas fundadas no mesmo princípio da sociedade moderna. Essa sociedade moderna torna-se importante para o indivíduo e o primeiro princípio dessa sociedade é que ela constitui uma sociedade mundial unificada pelo método de trabalho e diferenciada por seus conteúdos históricos; o segundo princípio é que o indivíduo tem sucesso à medida que se qualifica e, assim, estabelece seu direito a uma parte significativa do produto social.

Na sociedade atual, que Weil chama também de mecanismo social, a marcha para a racionalidade e para a mundialização que caracteriza as sociedades modernas graças à organização moderna do trabalho, impera a determinação de uma lógica cujos valores centrais são da ordem do cálculo racional e da eficácia, do avanço do progresso técnico e científico. Os sujeitos não são para si mesmos, mas valem pela utilidade que conferem à luta contra a natureza exterior, ou seja, pelo saber, conhecimento ou força de trabalho que disponibilizam para que a organização do trabalho seja mais eficiente.

Weil distingue entre comunidade e sociedade: comunidade é tudo aquilo que é vivido numa experiência direta de compreensão humana. Toda comunidade humana é

⁴³ WEIL, E. *Filosofia Política*, p. 64.

⁴⁴ WEIL, E. *Filosofia Moral*, p. 176.

caracterizada por sua moral concreta, ou seja, por suas tradições históricas. É com a categoria da discussão que se pode falar em comunidade, pois é nela onde todos os seres são reconhecidos indivíduos capazes de se comunicar. A busca do bem comum e o estabelecimento do acordo entre todos e cada um será o objetivo da discussão, pois é na discussão que é possível o discurso político. Esse discurso político surge como possibilidade da solução dos conflitos sem precisar recorrer à violência no interesse do bem da comunidade. Nesse sentido, a violência deverá ser excluída como solução dos possíveis conflitos que poderão emergir no seio da comunidade, mas ela não desaparece com a adoção do discurso. Isso não significa o abandono definitivo da violência, mas apenas um primeiro acordo na direção do que pode significar seu fim.

Assim sendo, o centro da comunidade é a sua moral, aquilo que unifica os valores de justiça, coragem, honestidade. Tais valores informam o sujeito concreto sobre suas virtudes, bem como informam as relações entre os diversos grupos. A sociedade, por sua vez, é a comunidade organizada para a luta contra a natureza externa, contra as necessidades humanas e agressões naturais. Na *Filosofia Política* Weil define a organização da sociedade na modernidade em *calculista, materialista e mecanicista*.

Em princípio, dado que subsistem fatores “psicológicos”, a sociedade moderna mostra-se calculista: toda decisão, toda transformação dos processos de trabalho e de organização, todo emprego das forças disponíveis (humanas e naturais) deve ser justificado demonstrando que o domínio do homem sobre a matéria é reforçado, dito de outro modo, que o mesmo resultado mensurável é obtido com menor dispêndio de energia humana, ou que uma quantidade maior de forças naturais é posta à disposição da humanidade (ou da comunidade particular), coisa que não seria possível com os métodos anteriores. A sociedade moderna é materialista porque nas suas decisões só os fatores materiais são levados em consideração. Ela é mecanicista porque todo problema deve ser transformado em problema de método de trabalho e de organização, e só deve referir-se ao mecanismo do trabalho social: todo problema que não pode ser formulado assim é, por definição, um falso problema (WEIL, 1990, p.92).

A estrutura da sociedade moderna elabora um mecanismo próprio, uma espécie de sistema de leis. O indivíduo, nessa situação, se encontra diante da natureza exterior. O indivíduo é visto como uma peça de uma grande engrenagem. A moral da sociedade moderna é voltada somente para o homem econômico na satisfação de suas necessidades, alheia aos problemas da moral tradicional, como os do prestígio, do prêmio e da glória. É a satisfação do indivíduo que só é livre na situação concreta da história, só poderá sê-lo verdadeiramente tendo o Estado como instrumento da moral

viva sobre a sociedade. Esse Estado moderno particular, que exigirá racionalmente a sua plena universalização garantindo a satisfação de todos e de cada um.

Considerações finais

Sem dúvidas, podemos afirmar que a grande crise política da sociedade moderna pode ser vista na tensão entre a comunidade e a preservação de seus valores e a sociedade marcada pelo trabalho e pela eficácia. A sociedade atual pelo princípio da racionalidade chega a atingir sua primeira forma de universalidade, embora sendo uma universalidade formal, pois está baseada em necessidades e não em liberdade. A liberdade, por sua vez, conduz o indivíduo a viver universalmente e a se compreender diante dessa racionalidade universal. Na sociedade atual ninguém é verdadeiramente livre e sem ela sequer se poderia postular a liberdade. Eis o paradoxo que divide e provoca insatisfação no indivíduo: como segunda natureza do homem, na sociedade, sobretudo na moderna, a liberdade está suplantada pela possibilidade da pura existência social, pois o mundo da produção e do consumo tornou os homens não sujeitos, mas objetos. Eles são reduzidos à função que exercem no seio do mecanismo social.

O que o homem opõe à natureza social é sua vontade de liberdade. Ele já não se contenta com a pura forma da universalidade razoável. Ele é consciente de sua condição de insatisfeito no mundo e sabe que não basta a prescrição de agir em conformidade com a lei universal. Ademais, é ciente de que a lei não pode dar, em nenhum momento histórico, orientação ao homem nas situações concretas de sua existência. Novamente, se deduz que a individualidade insatisfeita com a sociedade se opõe a ela e a julga. Tal julgamento quer ser universal e razoável: visa à liberdade positiva da individualidade, e, ao mesmo tempo, sua universalidade e sua situação histórica. A liberdade do indivíduo é total quando o mesmo se entrega ao cumprimento de leis sob o qual se apóia para ocupar o seu lugar na sociedade. Essa mesma sociedade lhe confere uma nova identidade: a de exercer a força bruta, ou de inteligência a ser posta à natureza não-humana. Segundo Weil, o que realiza a liberdade é ação razoável, que nascida na e contra a violência (ou nas condições objetivas do mundo humano), é filosofia que age enquanto política que se pensa. De outra maneira, é filosofia que se sabe política e

política que é e se quer realização na filosofia. Numa palavra, “a reflexão moral deverá ocupar-se das relações reais dos homens entre si”⁴⁵.

Referências

- WEIL, E. *Filosofia Moral*. São Paulo: ÉRealizações, 2011.
- _____. *Filosofia Política*. São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. *Lógica da Filosofia*. Trad. Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: ÉRealizações, 2012.
- _____. *Logique de la philosophie*. 2ª ed. Paris: Vrin, 1996.
- _____. *Philosophie Politique*. Paris: Vrin, 1991.
- _____. *Philosophie Morale*. Paris: Vrin, 1998.
- COSTESKI, E. *Atitude, violência e Estado Mundial democrático: sobre a filosofia de Eric Weil*. São Leopoldo: Unisinos; Fortaleza: UFC, 2009.
- PERINE, M. *Filosofia e violência: sentido e intenção da filosofia de Éric Weil*. São Paulo: Loyola, 1987.
- _____. *Eric Weil e a compreensão do nosso tempo: ética. Política e filosofia*. São Paulo: Loyola, 2004.
- ROBINET, J-F. *O tempo do pensamento*. São Paulo: Paulus, 2004.
- SOARES, M. *O filósofo e o político segundo Éric Weil*. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. *A Lógica como Diálogo*. Porto Alegre: Revista Veritas, v. 43, nº 4, dezembro 1998.

⁴⁵WEIL, E. *Filosofia Política*, p. 53.